

Artigos Originais

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL: DESAFIOS E AVANÇOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Original Articles

AFRICA HISTORY TEACHING IN BRAZIL: CHALLENGES AND ADVANCES IN TEACHER EDUCATION

Ricardo Alexandre Ferreira*
Ricardo.ferreira@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/6899226322073487>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

RESUMO: Este artigo coloca em foco mais de uma década de experiência na formação de professores dos níveis fundamental e médio, alunos de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto* e *lato-sensu*) de diferentes áreas das humanidades. Seu objetivo principal é analisar estratégias e conteúdos pertinentes ao ensino de alguns dos temas previstos para o debate a respeito do ensino de História África na educação básica e analisar aspectos a serem continuados e revistos. A pergunta que norteia o texto foi inspirada na legislação pertinente ao assunto, do início do século XXI, dedicada a alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação: é possível ensinar “História e Cultura Afro-brasileira”? Os últimos anos indicam que sim. De posse de tal assertiva, este ensaio documenta experiências, dúvidas e estratégias para contribuir com o aprimoramento deste esforço.

Palavras-chave: História; formação de professores; África; Brasil.

ABSTRACT: This article focuses on more than a decade of experience in the training of elementary and high school teachers, undergraduate and graduate students (*stricto* and *lato-sensu*) from different areas of the humanities. Its main objective is to analyze strategies and contents relevant to the teaching of some of the themes foreseen for the debate regarding the teaching of African History at the basic education and to analyze aspects to be continued and revised. The question that guides the text was inspired by legislation referring to the subject, from the beginning of the 21st century, dedicated to changing the Law of Guidelines and Foundations of Education: is it possible to teach “Afro-Brazilian History and Culture”? The last few years indicate that it is. In possession of this assertion, this essay documents experiences, doubts and strategies to contribute to the improvement of this effort.

* Docente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Franca.

Keywords: History; teacher education; Africa; Brazil.

INTRODUÇÃO

*A mais oriental das cidadezinhas iorubas fica a pouco mais de uma centena de quilômetros da mais ocidental das aldeias ibos, na Nigéria. Entre os iorubas, o nascimento de gêmeos é celebrado como um acontecimento positivo e a mãe é tida como favorecida pelas divindades. Já entre os ibos, os gêmeos eram, no passado, considerados uma abominação e abandonados na floresta, enquanto a mãe tinha de se submeter a cerimônias de purificação [...]. No plano político, enquanto os iorubas se organizavam em cidades-estados, com um rei sagrado, entre os ibos predominava a ausência de Estado, com as comunidades regidas pelos conselhos de anciões. **Não só as culturas diferem de povo para povo, como se foram modificando ao longo dos séculos. Há, contudo, certos traços comuns a todas elas, de modo que se pode falar de uma cultura africana como nos referimos a uma cultura europeia, ainda que sejam tão distintos os modos de vida em Portugal e na Finlândia.** (Alberto da Costa e Silva, Escritor e Ex-Embaixador do Brasil no Benin e na Nigéria, 1931) Grifo nosso.*

*Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta: - Para si o que é ser africano? Falava-se, inevitavelmente, de identidade 'versus' globalização. Respondi com uma pergunta: - E para si o que é ser europeu? O homem gaguejou. Ele não sabia responder. Mas o interessante é que para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho. **Recordo o episódio porque me parece que ele toca em uma questão central: quando se fala de África de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável? Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma africana?** (Mia Couto – Escritor Moçambicano, 1955) Grifo nosso.*

Não resta dúvida que o amparo legal expresso nas leis 10.639¹ de 2003 e 11.645² de 2008 para o estudo da história do continente africano e das contribuições dos povos africanos para a construção do Brasil foi um grande avanço na luta para a superação das diferentes expressões de

¹ “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

² “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em : 27 de setembro de 2021.

racismo que integram a nossa sociedade. Contudo, tanto no texto de 2003 quanto no de 2008 verificamos a recorrência da expressão “história e cultura afro-brasileira”, como norteadora dos conteúdos a serem trabalhados pelos professores em sala de aula. Não obstante, desdobrando essa mesma expressão, verificamos que ela pressupõe a existência de uma história e uma cultura brasileira que se somou a uma história e a uma cultura africana. Até aí nenhum problema. Todos sabemos, em graus distintos de aprofundamento, que houve escravidão na América Portuguesa, depois Império do Brasil, sustentada pelo amplo uso da mão-de-obra de cativos de origem africana. Fala-se entre os especialistas em algo ao redor de quatro milhões de africanos escravizados na antiga colônia portuguesa da América³. A questão que se impõe, contudo, é: existe uma cultura africana?

Como pudemos observar nos dois excertos que figuram como epígrafe deste artigo, a resposta depende sempre de quem produz a pergunta. Alberto da Costa e Silva, sem dúvida nosso maior africanista, vê em meio a toda heterogeneidade cultural do continente, algo de comum na maneira como seus habitantes vivem e constroem explicações para suas vidas. Costa e Silva parece não concordar com a ideia de que a África continue a ser vista como uma exceção. Prefere entendê-la como qualquer outro continente, inclusive o Europeu, com suas identidades e diferenças. Já Mia Couto, considerado um dos escritores mais importantes de Moçambique (colônia africana de Portugal até 1975), parece não se identificar com o que para ele seria uma generalização — a “alma africana” — a serviço de simpatizantes da causa anticolonialista. De acordo com Couto: “A afirmação afrocentrista sofre, afinal, do mesmo erro básico do racismo africano: acreditar que os africanos são uma coisa simples, uma categoria uniforme, capaz de ser reduzida a uma cor de pele” (COUTO, 2005, p. 11).

Como reduzir uma infinidade de culturas, cuja história é umas das mais antigas de que se tem notícia, a um denominador comum “o africano”? Por motivos semelhantes, a outra parte da expressão “história e cultura afro-brasileira”, que se refere ao conteúdo da legislação acima citada, também fica sem resposta. Existe uma história africana? Não seriam ambos, “cultura” e “história”, conceitos de matriz europeia? Teriam eles surgido para designar

³ Cf.: FLORENTINO (1997); e *Slave Voyagers - Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

os africanos a partir de um olhar externo? Neste ensaio, sem a intenção de responder todos esses questionamentos, concentraremos nossos esforços na investigação de algumas possibilidades de estudo da história da África que permitam o desenvolvimento de atividades úteis ao professor de história na construção de debates a respeito da diversidade cultural africana.

A História da África em foco: a miséria das generalizações

Seria, à primeira vista, relativamente simples contarmos a História da África, detendo-nos, em poucas palavras, nos seus momentos mais conhecidos⁴. Mencionaríamos sua vastidão territorial — cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, hoje ocupados por pouco mais de cinquenta países. Para que pudéssemos estabelecer alguma comparação elucidativa das dimensões africanas, mencionaríamos a América do Sul que tem um pouco mais da metade da extensão territorial do continente africano, cerca de dezessete milhões de quilômetros quadrados, e quatro vezes menos países.

Falaríamos da antiguidade das evidências a respeito das primeiras sociedades africanas — algo entorno de cinco mil anos. No Continente Africano, limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Leste pelo Oceano Índico e pelo Mar Morto, foi próximo ao Mar Mediterrâneo, seu limite Norte e principal zona de contato com o continente Europeu, na região do Rio Nilo, situado no nordeste do continente, que floresceu, há cinco milênios a civilização egípcia. Com uma longevidade de cerca de dois mil anos, a civilização egípcia legou ao futuro magníficas obras destinadas a subsidiar a vida após a morte, principalmente, túmulos reais (as pirâmides), estátuas representativas de divindades e pinturas. Certamente, para além do Egito, não nos esqueceríamos de mencionar a pujança de outros grandes reinos africanos: O Reino do Daomé, os impérios do Mali, Gana, Songai, Axante, Oió, dentre outros. Provavelmente chamaria a nossa atenção, saber que quase dez séculos antes dos portugueses, predominantemente cristãos, aportarem pela primeira vez (por volta de 1430) na Costa Africana do Atlântico já havia no continente povos que seguiam os ensinamentos de Jesus Cristo. Embora desde o ano cem houvesse cristãos em Alexandria e

⁴ É intencional a quase ausência de referências bibliográficas nas próximas duas páginas.

no Egito, no “século VI, alguns principados da Núbia e o Reino da Etiópia eram os únicos estados cristãos fora da área de influência do Império Romano” (Souza, 2006, p 14), pois se ligavam diretamente à região da Palestina por meio do Egito e pelos portos do Mar Morto. A região norte do continente, entretanto, acabou por ser mais significativamente marcada pela religião muçulmana. Coube aos mercadores muçulmanos — tuaregues, berberes e azenegues — difundir a religião de Maomé e estabelecer as rotas comerciais que, através do Saara (cuja extensão chega aos nove milhões de quilômetros quadrados), ligavam o litoral do deserto, conhecido como SAHEL, ao Mar Mediterrâneo, limite natural entre o norte da África, o sul da Europa e de parte da Ásia.

Tais rotas, responsáveis pela difusão de culturas e produtos, também serviam para o transporte de cativos para a Europa desde a Antiguidade e mais tarde (séculos XVI até XIX) tiveram uma importância grande no *tráfico de africanos escravizados* (hoje nomeado Diáspora Africana, pelo conteúdo civilizador do termo, assim construído em clara analogia com a noção de Diáspora Grega, difusora da cultura helenística) para as Américas. Ainda no âmbito dos caminhos que cortam o continente, sem dúvida, não deixaríamos de destacar a importância de rios como o Senegal, o Volta, o Gâmbia, o Níger, o Cross, o Congo, o Cuanza, o Zambeze, o Limpopo e tantos outros viabilizadores das grandes migrações internas ocorridas durante mais de dois mil e quinhentos anos. Fundamentais à transposição das áreas mais densas de florestas, os rios conectavam regiões e culturas, serviam de caminhos para o transporte produtos e pessoas, escravos e homens livres.

Após a narrativa da tragédia da escravidão moderna, peça chave do desenvolvimento do Capitalismo Internacional contemporâneo, deteríamos nossos comentários sobre o Colonialismo e o Novo-Colonialismo — partilha paulatina de várias áreas do Continente Africano por Estados europeus (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália) a partir do final dos oitocentos, por meio de acordos diplomáticos firmados na Conferência de Berlim de 1885.

Ao tratarmos do século XX, contaríamos os episódios mais significativos da lenta e penosa devolução de grande parte do continente aos africanos, então organizados em membros de Estados Modernos que, por força

de acordos e tratados internacionais, passaram a congregar tragicamente em seus territórios, como concidadãos (irmãos de pátria), inimigos de outrora. Do período de descolonização do continente até os dias atuais seríamos obrigados a narrar episódios protagonizados por guerras civis, genocídios, corrupção política, racismo, fome e epidemias que, juntos, dizimaram milhares de pessoas.

Caminharíamos, certamente, relacionando diversas iniciativas de organismos internacionais, ligados ou não a governos, destinadas a combater as mazelas que assolam os africanos — tentativas de se estabelecer acordos de contas com a consciência ocidental culpada pelas ações de gerações anteriores no continente, então encobertas sob o véu da evangelização e da civilização. Mencionaríamos desastrosas intervenções armadas, oriundas da América (principalmente dos Estados Unidos da América) e da Europa. Ações deflagradas sob o argumento da defesa de civis inocentes, que em seu âmago se atrelavam a interesses financeiros, à projeção política internacional e ao combate a ideologias rivais.

Falaríamos da significativa mudança de representação da África e dos africanos em veículos de comunicação de massa, tais como o cinema e a literatura, a partir da virada para o século XXI, quando ali (a África) já não era mais o lugar que o Ocidente necessariamente pretendia civilizar. Tarzan, Jane e Chita lentamente dão lugar a militantes africanos que lutaram contra a escravidão, o colonialismo, o comércio de pedras preciosas e o genocídio, quer a partir do próprio território africano ou de fora dele. Terminaríamos tratando, com algum pormenor, da frágil estabilidade social, econômica e política de diversas regiões do continente, mas, certamente, não colocaríamos um ponto final em nossa História da África sem comentar as implicações políticas e econômicas da realização da primeira Copa do Mundo de Futebol em território africano ao final da primeira década do século XXI.

Ao leitor, a pergunta que segue pode parecer estranha. Mas não é. Por que acima escolhi, dentre tantos tempos verbais, o futuro do pretérito (seria, mencionaríamos, falaríamos, deteríamos, terminaríamos) para essa narrativa breve sobre episódios um tanto esparsos e imprecisos da História da África? Para, tanto quanto possível, dela afastarmos-nos. Ser dotada de omissões, generalizações intencionais e da quase total falta de referências bibliográficas não é o seu demérito mais significativo. Mas sim, o perpetuar e

o conseqüente naturalizar de uma prática cara à historiografia produzida até, pelo menos, o fim do penúltimo quartel do século passado. Contar a História de qualquer povo, pessoa ou lugar a partir de seus contatos com a autoproclamada Cultura Ocidental. Só muito recentemente — e, é sempre bom lembrar, por força de Lei — a narrativa sucessiva e linear de fatos a respeito da História africana (Primeiras sociedades, Reinos, Impérios, Tribos, Escravidão, Colonialismo, Descolonização) começou a ser problematizada nas salas de aula de Geografia, História, Artes e Literatura no Brasil, com grande proveito para a denúncia de generalizações e preconceitos.⁵

Antes disso, e, infelizmente, em alguns casos ainda em nossos dias, a História da África e dos africanos funcionou como um espelho do Mundo Ocidental. Era como se estivessem frente a frente o crente e o infiel, o civilizado e o selvagem, o livre e o escravo, o adulto e a criança, o moderno e o anacrônico, o evoluído e o atrasado. Projetava-se sobre o continente, principalmente sobre a extensão de terras localizadas abaixo do SAHEL — também nomeada como África Negra — a noção de infância do Homem. O princípio do desenvolvimento dessa ideia foi possibilitado, ainda no século XVI, com a divulgação na Europa da cronística de viagens. Relatos minuciosos elaborados, em geral por europeus (clérigos, colonos, funcionários de Estado, artistas dentre outros) sobre os Novos Mundos, revelados ao Ocidente pelo advento da navegação de longa distância. Entretanto, a noção de infância do Homem, ganha respaldo e acabamento no bojo das ideias de conteúdo radical e subversivo que mais tarde desembocaram na Revolução Francesa de 1789. O Movimento Iluminista, em sua cruzada contra o ideário do Antigo Regime, adotou como uma das hipóteses manejadas na defesa da Liberdade e da Igualdade, como direitos inalienáveis, a noção de que diferente do animal o Homem possuía Razão. Não obstante, apesar de nascer dotado de Razão, o Homem teria despendido alguns milhares de anos da sua História — das Tribos Nômades aos Estados Modernos — na evolução de sua consciência sobre a própria Razão. Este desenvolvimento — ou seja, a própria evolução da Razão — não fora, segundo a mesma hipótese, simultâneo por todo o globo. Mantiveram-se povos estacionados em distintos estágios. Foi esse um dos pressupostos, talvez o mais importante, que

⁵ Nos últimos anos, estudos produzidos sob inspiração das perspectivas decoloniais têm apontado nessa direção. A título de exemplo, Cf.: QUINTEIRO et al (2014) e MESSIAS; SILVEIRA (2019).

sustentou o nascimento das Ciências Humanas e Sociais — inclusive a História (em sua versão ciência), no século XIX e em parte do XX⁶.

Mesmo não sendo o único alvo das racionalizações modernas sobre o passado do Homem, pois as Américas e os arquipélagos do Pacífico também se tornaram objetos privilegiados de análise, o Continente Africano acabou por figurar como peça fundamental da ideia de uma História Universal elaborada pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Na sua conhecida introdução à *Filosofia da História* (1836), Hegel edifica, certamente, a mais importante teoria da história do mundo ocidental moderno. A partir de uma lógica dialética, demonstra a preeminência da razão no governo das mais significativas ações humanas no tempo, conferindo a elas sentido e finalidade — uma teleologia. Ao ocupar campos que abrangem as modernas: história, geografia e antropologia, Hegel lança mão da tradição filosófica ocidental (de Platão a Kant) e cria uma teoria empiricamente verificável que subsumi toda a história, ocorrida em todas as épocas e lugares, à filosofia do espírito, a qual, por sua vez, constitui-se de três etapas. A primeira consiste “na imersão do espírito no natural”. Era o caso dos africanos vendidos como escravos nas Américas pelos europeus. Segundo Hegel — e esse tornou-se já há algum tempo um dos pontos mais criticados da obra — a escravidão é:

(...) um fato característico entre os negros⁷[...] em sua própria terra, sua sorte é na prática ainda pior; lá existe a escravidão absoluta — já que o fundamento da escravidão é que o homem não possua consciência de sua liberdade e assim se degenera, tornando-se uma coisa sem valor (HEGEL, 2008, p.85-86).

A segunda etapa representa o avanço do espírito “em direção à consciência da sua liberdade”. No entanto, essa é uma separação ainda parcial e imperfeita em relação ao primeiro estágio (o espírito natural) — tanto

⁶ Como corolário de um movimento (o iluminismo) comprometido com a revolução social, com a liberdade e com a igualdade entre os homens, desenvolveram-se ideias que, mais tarde, fundamentaram, por afinidade ou oposição, as modernas teorias raciais dos oitocentos, as quais desdobraram-se, por exemplo, nos debates travados entre *monogenistas* (que acreditavam na origem única do homem) e *poligenistas* (que defendiam ter havido, no princípio, diferentes centros de aparecimento do homem sobre o globo, fato que justificaria a divisão em raças). Para a compreensão das correntes de pensamento que, a partir do iluminismo, explicam no século XIX as diferenças e desigualdades entre os homens com base na noção de raças humanas, recomendo a leitura da obra: SCHWARCZ, 1993. Um panorama bastante amplo do tema é apresentado pela autora no capítulo 2: *Uma história de “diferenças e desigualdades”: as doutrinas raciais no século XIX*.

⁷ O polêmico tema das relações escravistas no Continente Africano foi tratado em THORNTON, 2004.

por dele provir, quanto por ele ainda ser influenciada em pelo menos uma de suas fases. Nesse nível se encontravam Estados como a Inglaterra e a França que, no século XIX, já operavam a então moderna noção de Contrato Social, a qual previa punições para todos os que ousassem tornar ao espírito natural, agindo fora da razão, negando a condição humana e, por isso, perdendo a liberdade — os criminosos. O último estágio se separava efetivamente do primeiro e suplantava a visão contratualista do Estado. Sem a possibilidade de retornar ao nível natural — no qual a infância do homem o mantinha muito próximo do desenvolvimento cíclico das plantas e dos animais e por isso distante da consciência da liberdade —, a história seria o palco da “elevação dessa liberdade, ainda particular, à sua pura universalidade, à consciência de si e ao sentimento de sua própria espiritualidade (HEGEL, 2008, p. 55). O espírito humano chegaria, assim, ao absoluto. Ao fim da história.

Em última análise, a África abaixo do Saara, a chamada África Negra, sob este ponto de vista, representa o estágio inicial, quase estático, da evolução da Razão Humana. Logo, nesta região não haveria História porque ali ela não começou ainda a se desenvolver, sob a ótica do filósofo alemão. Africanista com larga experiência neste debate, Leila Leite Hernandez (2005) destaca três pontos fundamentais derivados das afirmações de Hegel sobre a África:

O primeiro ponto é que na perspectiva apresentada é conferido à África um estado de selvageria, no qual predomina a natureza, isto é, não se produz cultura história. O segundo ponto é o que distingue os europeus dos africanos e os próprios africanos entre si. Por sua vez, o terceiro ponto é o que se refere ao africano da África subsaariana como sujeito sem “vontade racional”, equivale dizer, sem o elemento tido como pré-requisito para a transformação da realidade de acordo com critérios “racionais”. Em resumo: esse sujeito não tem condições de ultrapassar os limites de selvageria e de buscar um novo estado de existência. HERNANDEZ, 2005, pp. 20-21).

Apesar de conferir à hipótese da inferioridade africana lugar privilegiado em sua Teoria da História, Hegel não foi o primeiro a fazê-lo, nem tão pouco o último. Sem dúvida, sua posição como grande filósofo da Cultura Ocidental Moderna conferiu credibilidade a tais afirmações, mas elas já existiam antes dele. No início do século XIX, trinta anos antes da publicação da mencionada obra de Hegel, outro grande filósofo do Ocidente teceu considerações desabonadoras a respeito dos habitantes da

África Negra. “Retomando a tradição de uma geografia voltada para a antropologia, [Immanuel] Kant (...) se referia aos africanos do sul do Saara como ‘homens que cheiram mal’ e têm a pele negra por ‘maldição divina’. (Hernandez, 2005, p. 21).

A História é europeia não por tratar apenas do continente europeu, ou mais precisamente de sua porção ocidental. Mas por tratar de todo o mundo conhecido em função da Europa — de seus modos de vida, de suas concepções políticas, sociais e econômicas. O exemplo mais elementar desse evento para nós brasileiros é a noção de “Descobrimento do Brasil”. Mas a situação, tanto no que se refere ao Brasil quanto à África, vem se modificando. Nos deteremos ao caso da África, pois é ela que ocupa nossa atenção nesse ensaio.

Algumas alternativas para o ensino de História da África

Saber que nossa narrativa a respeito da História da África — e não apenas da História da África — parte fundamentalmente de concepções de mundo europeias (tribos, sociedades, reinos, impérios, estados) não constituiu um antídoto para o problema. No máximo, pode despertar em nós uma precaução de fundo metodológico e um desejo de fazer a história de outra maneira.

Uma vez mais apoiados na obra *A África na Sala de Aula* (2005) de Hernandez, veremos algumas tentativas de construção dessas outras Histórias da África. A partir da combinação de registros preservados em arquivos africanos e europeus foi possível criticar a crença na separação absoluta das populações que viviam acima e abaixo do SAHEL. Desta forma, a noção de que a chamada África Negra permaneceu selvagem e “a-histórica”, por ser isolada, começou a não mais sustentar-se. Segundo Hernandez, um dos pioneiros neste tipo de estudo foi o historiador e administrador colonial Maurisse Delafosse (1870-1926), ainda nas primeiras décadas do século XX, que, a partir da leitura de manuscritos antigos, identificou a capital do Mali, hoje próxima à fronteira do atual Mali com a Guiné. Mais tarde, houve tentativas de escrever histórias pontuais de regiões da África, tais como a *História das populações do Sudão Central* e a *História de Bornú*, respectivamente publicadas em 1936 e 1949 por Y. Urvoy (Hernandez

2005).

Os esforços empreendidos para *resgatar* — expressão típica da luta política — o *passado africano*, a partir de técnicas historiográficas europeias, para a busca de elementos constitutivos de uma identidade cultural africana destruída pelo colonialismo, foi o esforço empreendido pela *Société Africaine de Culture* que resultou na publicação de diversos trabalhos em sua revista *Présence Africaine*, responsáveis, desde 1947, pelo questionamento de diversos preconceitos contra o Continente Africano. William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) foi, dentre os afro-americanos, o maior expoente do pan-africanismo, da luta pelos direitos civis, da tentativa de identificar elementos histórico-culturais específicos da África, da difusão da cultura própria da raça negra. Entretanto, Hernandez (2005) enfatiza que foi apenas a partir da década 1960, sob o impacto dos “nacionalismos independentistas” e com a necessidade de afirmação da unidade do continente e dos, então recém-criados, Estados-nação, que a luta por uma identidade africana levou à sistemática busca por uma abordagem histórica diferente. Era preciso enfatizar a riqueza e a diversidade histórica e cultural dos povos africanos.

Foi quando se passou a empreender a releitura de livros de autores do Velho Mundo mediterrâneo como Zurara, Cadamosto, Diogo Gomes, André Alvez D’Almada e Leão, o Africano, que descreviam suas viagens pelo Saara e suas incursões marítimas ao longo da costa do Atlântico. (Hernandez, 2005, p. 25)

À releitura de crônicas de viagens e diários produzidos por funcionários coloniais essa revisão da História africana ganhou, sobretudo a partir dos anos 1970, o reforço da análise de vestígios arqueológicos e interpretações antropológicas dos registros da tradição oral. Indispensáveis para o confronto de evidências materiais e narrativas tradicionais, colhidos no continente africano, com os relatos produzidos pelos viajantes e colonos europeus dos séculos anteriores. Em função do maior interesse pelo estudo das tradições orais africanas preservadas, sobretudo nas comunidades rurais, pelos guardiões da palavra — responsáveis pela transmissão às futuras gerações do legado de seus antepassados — acabou por tornar-se conhecida aos interessados pela história africana a figura do

*Griot*⁸.

Embora tenha havido grandes extensões da África habitadas por povos que não dominaram a escrita até o contato com mouros e, mais tarde, com cristãos, existe também em diversos locais do continente um vasto conjunto de documentos escritos ainda por serem pesquisados. A tarefa implica o domínio de línguas pouco difundidas no mundo ocidental, principalmente o Árabe, além da compreensão de formas de escrita que remontam à antiguidade. Nas bibliotecas da Argélia e do Marrocos há manuscritos inéditos com textos que tratam da África abaixo do Saara. Também na região do Rio Níger eruditos sudaneses mantiveram sob sua guarda um número significativo de documentos úteis à escrita de novas histórias africanas. Órgãos internacionais também têm colaborado com esse esforço. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) fundou um centro pesquisas em um dos mais antigos entrepostos comerciais encarregado da ligação comercial e cultural das regiões abaixo e acima do Saara, a cidade de Tombuctu, para facilitar aos pesquisadores o acesso a manuscritos ainda inéditos (HERNANDEZ, 2005).

O interesse de historiadores, arqueólogos, antropólogos e outros pesquisadores engajados com a quebra de verdades a muito questionadas sobre o continente africano contribuiu para a obtenção de avanços no esforço de não só constituir-se uma nova escrita da História da África, mas de obter-se um entendimento mais multifacetado do que é ser africano. Embora não se possa simplesmente abrir mão da cultura europeia na tentativa de contruir uma interpretação africana da África, podemos afirmar hoje que o eurocentrismo naturalizado foi questionado. A divisão do continente africano em duas partes: uma menor, a do Saara, mais desenvolvida, porque mais próxima da Europa e marcada pela cultura letrada

⁸ Os *griots*: “São trovadores, menestréis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito de sociedades tradicionais. ‘Sua função é também o desenvolvimento extraordinário de estruturas de mediação que restabelecem a comunicação numa sociedade onde as relações sociais parecem todas marcadas por considerações de hierarquia, autoridade, etiqueta, deferência e reverência’ (...). Muitas vezes respaldados pela música e valendo-se da coreografia contam coisas antigas, cantando as grandes realizações dos ‘bravos e dos justos’. Celebrando o heroísmo e a salvaguarda da honra. Em contrapartida, evocam o desprezo pelo medo da morte e denunciam os desonestos e os ladrões, revelando aos nobres os exemplos a serem seguidos ou repudiados” (HERNANDEZ, 2005, p. 30).

dos muçulmanos; e outra, muito mais extensa, nomeada África Negra, localizada abaixo do Saara isolada da parte norte do continente e, por sua vez, dividida em um sem número de tribos sem comunicação, também é uma interpretação que não resiste aos novos estudos, os quais combinam técnicas da História, da Arqueologia e da Antropologia.

Um dos mais consistentes exemplos de avanço na compreensão da História africana diz respeito exatamente a esta porção centro-sul, abaixo do Saara, grande fornecedora de escravos para o trabalho nas Américas, onde ocorreu um fantástico processo de migrações e interações culturais durante mais de dois milênios. Com o auxílio de um diplomata e grande pesquisador do continente africano, vamos saber um pouco mais o que é, ou melhor, quem eram os Banto, um tema muito bem recebido nas salas de aula e na formação de professores por mim efetivada na última década.

Um tema ao mesmo tempo complexo e elucidativo para o trabalho na sala de aula: as migrações Banto

Afirma Alberto da Costa e Silva (2006) que o termo Banto (ou Bantu) começou a ser empregado, mais recorrentemente, na segunda metade do século XIX por pesquisadores que afirmavam existir algo de comum nas línguas e culturas da então chamada África Negra. Falava-se de uma população imensa, distribuída por uma região muito grande. Algo ao redor de nove milhões de quilômetros quadrados. Essas dimensões geográficas podem ser mais bem compreendidas se, de posse de um mapa político atual do continente, traçarmos uma linha imaginária, quase horizontal, que liga a Baía de Biafra (localizada na costa atlântica do continente, na divisa dos atuais Nigéria e Camarões) até Melinde (situada no atual Quênia). A partir desta linha imaginária seguimos até o extremo sul do Continente Africano e nos deparamos com um universo de mais de duzentas milhões de pessoas que habitam os atuais: Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Tanzânia, Maláui, Moçambique, Suazilândia, Lesoto, Zimbábue, Zâmbia, Namíbia, Botsuana e África do Sul.

Embora a expressão Banto hoje também se aplique genericamente aos povos que habitam esta vasta área, é preciso compreender que ela se refere a um tronco linguístico. Segundo diferentes critérios adotados por

linguistas e antropólogos, é possível afirmar que nessa imensa região existam entre trezentas e seiscentas falas aparentadas. Veremos adiante que foi precisamente a partir do entendimento destas falas aparentadas que surgiram as primeiras teorias a respeito da origem desta matriz linguística — o Banto.

Em todo o Continente Africano, segundo a historiadora Marina de Mello e Souza (2006), predominam quatro grupos linguísticos⁹:

Afro-Asiático: falado pelos habitantes do Saara e do Sahel (Sahel, como já explicamos acima, era a região conhecida como Litoral do Deserto do Saara, o seu limite territorial sul). Este tronco linguístico é falado por povos oriundos da mistura entre moradores locais e levas de migrantes do Oriente Médio (Azenegues e parte de Tuaregues, Berberes e Songais). Estes povos e suas línguas espalharam-se pela costa e pelo interior do continente, passando pelo rio Nilo e pela Etiópia, chegando até o Marrocos ou Magrebe (em Árabe, oeste distante).

Nilo-Saarino: falado pelos nômades também da região do Saara e do Sahel (Parte de Berberes e Tuaregues). Eram, em geral, criadores de gado, artesãos, produtores de grãos e moradores das cidades do Sahel, que surgiram em razão do florescimento do comércio. Dentre estes, os mais prósperos acabaram por se converter ao Islamismo, enquanto os agricultores, artesãos e pastores mantiveram-se fiéis às suas religiões tradicionais. Ao longo de sua história, disputaram com os falantes de línguas Banto áreas na região dos grandes lagos (localizados entre os atuais Uganda e Tanzânia).

Cóisan: falado por caçadores, em geral Bosquímanos e Hotentotes, da região sudoeste do continente, onde predominam as savanas e florestas. Estes, ao lado dos pigmeus, mostraram-se muito resistentes a misturarem-se aos falantes de línguas bantas.

Níger-Congo: Habitantes da região sul do Sahel. Povos física e culturalmente muito diversos dos habitantes do Saara e do Sahel. Sua economia se adequava às regiões onde viviam, nas quais predominavam as savanas, as florestas e muitos rios. O tronco linguístico **Níger-Congo**, por sua vez, se subdivide em outros cinco:

Kwa: ao qual pertencem as línguas axante, iorubá, ibo, igala e nupe. Esses grupos se espalharam pela região que se estende da costa atlântica até o Sahel.

Mande: ao qual pertencem as línguas jalofo e fula. Estas línguas são faladas na região do alto e médio rio Níger, estendendo-se até a costa atlântica e ao rio Senegal.

Voltaico: ao qual pertence a língua mossi, falada na região do rio Volta. **Banto e**

Zande: esses dois últimos troncos linguísticos (Banto e Zande) se ligam à “expansão banta”. Os falantes de línguas deles

⁹ O texto que segue abaixo, destacado pelo recuo à esquerda, se constitui numa livre adaptação, realizada com fins exclusivamente didáticos, do *box* explicativo: “Grupos linguísticos” integrante da obra: SOUZA, 2006, p. 21.

derivadas se espalharam pelas regiões das Áfricas Central, Oriental e do Sul.

A partir desta exposição podemos compreender que, apesar de em si mesmo ser uma língua muito variada, capaz de desdobrar-se em até seiscentos subgrupos de falas, o próprio Banto é uma subdivisão de um dos quatro grandes grupos linguísticos falados em toda a África.

Os estudos a respeito da “expansão banta” lidam com um período extremamente longo e com grandes desafios para a obtenção de fontes. Em razão destas características, a junção de técnicas e métodos interpretativos desenvolvidos durante o século XX pela antropologia em conjunto com a linguística e a arqueologia foram fundamentais. Ao considerar as diferentes hipóteses e teorias originárias, Alberto da Costa e Silva (2006) admite que não seja possível, dado aos quase dois mil e quinhentos anos de “expansão banta”, definir uma origem absoluta dos seus primeiros falantes. Existiriam assim, de acordo com o diplomata/pesquisador, pelo menos dois “protobantos” — duas línguas semelhantes faladas há muito tempo (alguns linguistas chegaram a supor cerca de quatro ou cinco mil anos atrás) por pelo menos dois grupos de indivíduos que, apesar de não morarem na mesma região, possivelmente conseguiriam se compreender. Um desses grupos teria se estabelecido próximo da fronteira da Nigéria com o atual Camarões, o outro grupo, em uma região mais ao Sul, a meio caminho entre o Atlântico e o Pacífico.

Em razão dos recuados períodos temporais, Costa e Silva (2006) afirma que a arqueologia pouco tem contribuído para a elucidação dos modos de vida destes primeiros falantes do que seria o protobanto. Entretanto, ao reconstruirmos teoricamente esse vocabulário, podemos avançar no conhecimento de sua cultura, ou seja, da maneira como aqueles primeiros desbravadores da região Centro-Sul do continente compreendiam e interagiam com o mundo à sua volta:

Parece que eram produtores de alimentos os que falavam o protobanto. Possuíam palavras para dendezeiro, legume, figueira, fava, azeite, cogumelo, galinha-d’angola, bode, cachorro. E talvez para boi, embora o mesmo termo significasse também búfalo. Tinham nomes para moita e matagal, mas não para campina ou pastagem. Nem para os animais típicos da savana, como o leão, a zebra, o rinoceronte. Pobre era o vocabulário de caça. Em compensação, abundam as expressões que se referem à pesca e às atividades aquáticas: anzol, fisgar com anzol, canoa, remo. Tudo aponta para [...] uma zona de transição entre a savana e a

floresta. Uma área bastante arborizada, com fartura de água e fáceis rios [...] estaríamos diante de pescadores, que praticariam a agricultura nas bordas da mata, cozeriam a cerâmica, teceriam panos de rafia e de outras fibras vegetais, fariam cestos, estariam organizados em família extensas e conheceriam certas formas de controle social difuso, baseadas no prestígio dos mais velhos (SILVA, 2006, p. 212 e 213).

Ao norte e ao sul da grande selva congoleza prevalecem regiões ricas em áreas que se encaixariam nesta descrição. Em especial, as teorias que tentam explicar o movimento de ocupação pelos falantes de protobanto destas regiões iniciais até a atual África do Sul, durante quase dois milênios e meio, valem-se necessariamente da importância dos rios. Esta hipótese é usada tanto no que se refere à imprescindibilidade dos rios na alimentação quanto em sua função como estradas naturais necessárias à transposição de imensas áreas de mata mais fechada.

À medida que aumentavam em número, os protobantos foram avançando para leste e para oeste, ao longo da fímbria setentrional da floresta. Assim chegaram à boca do rio Zaire, que atravessaram junto ao mar. Assim, a semicircular a selva, atingiram os lagos Alberto, Eduardo e Ruero, Quivu e Tanganica. Houve quem imitasse os rios, floresta adentro, e baixasse, digamos, pelo Sanga e o Ubangui até o Zaire, e por este, até a região de Kinshasa. Seriam apenas, por esta via, setecentos quilômetros de um ponto a outro, distância que hábeis canoieiros, em longas pirogas escavadas nos troncos das grandes árvores, podiam perfeitamente transpor. Do eixo do Zaire, começaram a subir os afluentes da outra banda: o Cuango, o Quilu, o Cassai, o Lulua. E a galgar, contra a corrente, o próprio Zaire, até o alto Lualaba, nos confins de Chaba (Silva, 2006, p. 213 e 214).

Apesar de serem povos que, enquanto se expandiam geograficamente praticavam uma agricultura itinerante e o pastoreio de alguns animais, o que marca o desenvolvimento dos povos banto é justamente o domínio da metalurgia e da produção de cerâmica.

Há uma imagem que persiste clara: a de populações que conheciam o ferro, no sudoeste do lago Vitória [localizado nos territórios dos atuais Uganda, Tanzânia e Quênia], ao começar a nossa era. Cerâmica do tipo por elas produzida, aliada a indícios ou evidências da fundição do ferro, será desenterrada no sudoeste do Quênia, no sul de Uganda, na província de Quivu (na República Democrática do Congo). [...] O alto grau de homogeneidade fez com que David W. Phillipson englobasse todos esses grupos de produtores de alimento e forjadores de ferro da África Índica num só complexo cultural. [...] As comunidades que a ele pertenciam, e que foram espalhando seus valores [...] falavam, ao que se presume [...] línguas banto (SILVA, 2006, p. 218)

Dominar a arte de produzir ferramentas e, em especial, a capacidade tecnológica de fabricar armas superiores às de outros povos foi o

argumento mais utilizado durante muito tempo para que se explicasse o sucesso dos falantes de banto em ocuparem uma grande área do continente africano. Entretanto, à medida que os estudos arqueológicos puderam se desenvolver em regiões mais amplas da área Centro-Sul do continente, a chamada teoria militar da “expansão banta” — ou seja, a ideia de que, por dominarem o ferro, os bantos eram agressivos conquistadores e, portanto, dominadores absolutos de seus rivais — acabou por ser revista.

Costa e Silva acredita que a teoria militar da “expansão banta” teve origem, sobretudo na grande resistência militar imposta pelos Zulus (povo inserido na matriz banto) ao domínio inglês na região da atual África do Sul, no século XIX. O autor, contudo, opta por uma explicação que combina o uso eventual da força, pois é inegável que no âmbito das migrações dos falantes de banto houve conflitos, com momentos de expansão para áreas pouco habitadas do próprio continente, além de longos contatos e mistura com povos locais.

O conjunto de teorias apresentadas por Alberto da Costa e Silva a respeito da ocupação de povos falantes de línguas de matriz Banto em uma região tão significativa da África nos dá uma mostra irrefutável de que seu estudo é fundamental à compreensão da História do continente e de seus habitantes. Entretanto, pela própria natureza da pesquisa, conduzida à base de construções de estruturas linguísticas do passado com base em dialetos contemporâneos, ficamos sem uma imagem geral de como teria sido esse processo migratório. Como poderia ser o cotidiano das migrações, das lutas e amalgamações culturais?

Lembremos que nosso diplomata é também poeta, foi presidente da Academia Brasileira de Letras entre os anos de 2002 e 2003. Assim, ele nos propõe uma narrativa do que pode ter sido o cotidiano das migrações dos falantes de banto ao ocuparem cerca de um terço de todo o continente africano. Apesar de longa, permito-me transcrevê-la, na íntegra, abaixo:

Eis que chega um grupo banto. Algumas famílias. Ou toda uma linhagem. Limpa o terreno. Corta árvores para fazer as casas. Armilha as paredes como uma gaiola de varas e preenche os vazios com barro socado. Compõe-lhes o teto de sapé. E, nessa nova aldeota, instala-se. Abre, ali perto, por derruba e queimada, as suas roças. Faz os cercados para os animais domésticos: ovelhas, cabras, alguma vez a vaca. Vai pescar no rio, no riacho, no lago, na lagoa. Com anzóis e arpões de ferro. Com armadilhas, redes e puçás. Volta muitas vezes da caça com grandes animais —

antílopes, búfalos, porcos selvagens — que mata, graças à lança e à flecha com ponta de ferro, com menor dificuldade do que os vizinhos nômades [em geral Coissãs, nas savanas e Pigmeus, nas florestas].

Estes vigiam os recém-chegados de longe. Podem, desde logo, demonstrarem aberta hostilidade contra os que invadem seu espaço. Dá-se a guerra, na qual geralmente os bantos impõem a qualidade de suas armas sobre as dos rivais. Mas a atitude dos nativos pode ser outra: o abandono do território, a recusa a qualquer contato com o estrangeiro. Ou ainda uma outra: aproximam-se, atraídos pela diferença. Sem se mostrarem, colocam, em terreno neutro, os seus presentes: mel, ovos de avestruz, alguma caça. Recebem outros, de volta. Depois, deixam-se ver. Estabelecem-se os primeiros e desconfiados contatos pessoais. Em alguns lugares não passarão de contatos esporádicos. Noutros, porém, se amiúdam. Torna-se rotineira a troca de bens da floresta e da savana pelos produtos da forja, da roça e do curral. Formam-se alianças, muitas vezes através de casamentos. Estabelece-se uma pactada ou obrigatória cooperação entre os que possuem o ferro e os que, não sabendo como fundi-lo, dele passaram a ter necessidade. Estrutura-se um sistema de clientela, qual o existente, em nossos dias, entre os pigmeus de Ituri e os agricultores dos arredores.

As duas comunidades podem permanecer separadas e culturalmente distintas por algum tempo. Vão-se apertando, entretanto, os vínculos de senhorio ou de outras formas menos precisas de sujeição. O modo de vida dos produtores de alimentos — cujo número aumenta muito mais rapidamente que o dos vizinhos que apenas caçam e recolhem e que se vêem obrigados a manter estável e reduzido o tamanho do grupo, pela contracepção, pelo aborto ou pelo infanticídio — impõe-se na área compartilhada. Contagia-se, porém, dos costumes, técnicas e palavras dos locais. Destes, em um ou outro caso, pode até sair, como senhor da terra, o futuro chefe da nova estrutura social que se vai formando com autóctones e adventícios. Surgem tipos mestiços, como tantos ao sul da grande curva do rio Zaire, nos quais o predomínio das características negras não oculta os traços pigmeus. Mesmo quando a assimilação dos grupos nômades se faz completa, alguma coisa deles resta na cultura dos sedentários. Assim, ficaram fortes sinais das línguas coissãs [caçadores nômades] nos idiomas dos angunís e dos sotos [pertencentes aos grupos bantos].

Quando o solo começa a mostrar-se menos fértil ou a caça se torna mais difícil nas redondezas, o grupo segue diante. E, quando o número dos que o formam aumenta demasiadamente ou dentro dele surge a cizânia, segue adiante dividido. Ao mudar de paisagem e ao entrar em contato com culturas diferentes daquelas com que seus pais, avós ou bisavós haviam cruzado, altera a alimentação, modifica hábitos, enriquece o vocabulário e a sintaxe, troca a forma de alguns objetos e assimila novos símbolos de fé e de poder. Não se estabelece, porém, em qualquer parte: deixa as zonas de terras magras ou de poucas chuvas aos coletores, aos que permaneceram fiéis aos micrólitos e à pedra polida, aos que fugiram ao contato, ao convívio e à assimilação — o que explicaria por que continuaram intocadas pelas culturas bantas ou abantuzadas, e por muito tempo, as vastas savanas e as extensas estepes ressequidas do sul e do sudoeste da África (SILVA, 2006, p. 226 e 227).

Não se surpreenda se você identificar nesta narrativa algo mais amplo do que um possível processo local de migração ocorrido ao longo de mais de dois mil anos. É possível afirmar, sem medo de cometer grandes

deslizes, que Alberto da Costa e Silva quer nos mostrar que nada há de tão diferente, ou exótico, no Continente Africano como durante muito tempo se acreditou. A temível África Negra, durante décadas, tida como o terror da civilização por autores racistas das mais variadas origens, experimentou, segundo a narrativa que acabamos de ler, um processo de ocupação espacial em nada excepcional, quando pensamos nas Américas e na própria Europa. Técnicas mais sofisticadas de manipulação da natureza em conjunto com amalgamações culturais mais ou menos violentas levaram alguns grupos a imperem-se sobre outros recebendo, ambos, uns dos outros, contribuições culturais significativas. Houve ali uma variação significativa de culturas capazes de se manterem, ao mesmo tempo, múltiplas e dotadas de traços comuns. Essa característica foi fundamental para o estabelecimento de identidades afro-brasileiras, como estratégias de sobrevivência dos africanos e seus descendentes nos tempos da escravidão moderna.

Nos últimos anos, contudo, soluções como a que apresentou Alberto da Costa e Silva para a interpretação de episódios importantes da História africana – por ele abordados, dentre outras obras e ensaios, nos volumosos *A enxada e a lança* (2006) e *A manilha e o libambo* (2002) – também se tonaram alvo de críticas, sobretudo de estudiosos que se vincularam a perspectivas da história assumidamente decoloniais. Esperamos, contudo, que não se jogue fora a criança com a água suja do banho e que os pioneiros do estudo da História da África no Brasil continuem, como tenho testemunhado na última década e meia, inspirando os professores dos níveis fundamental e médio da educação básica na formação de cidadãos mais conscientes e mais bem informados sobre a história e a cultura afro-brasileiras, com suas limitações e aspectos reveladores. O presente ensaio foi originalmente concebido para contribuir com tal esforço.

REFERÊNCIAS

COUTO, Mia. *Prefácio*. In: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 1ª. ed. São Paulo: Grupo Summus - Selo Negro Editora, 2005, p 11-12.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UNB, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 1ª. ed. São Paulo: Grupo Summus - Selo Negro Editora, 2005.

QUINTERO, Pablo *et al.* Estudios Decoloniales: Un Panorama General". *KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*. Buenos Aires, n. 6, 2014, pp. 8-21.

Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em : 27 de setembro de 2021.

MESSIAS, C., & SILVEIRA, C. R. (2019). Decolonialidade dos saberes históricos da África e América Latina descolonizadas. UFSCAR (Sorocaba). *Crítica Educativa*, 5(1), 55–62.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. 3 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Slave Voyagers - Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
1, 2022. ISSN 2175-4217